



MULHERES NEGRAS SEMPRE GUERREIRAS

Helena Theodoro¹

Resumo: Não se pode falar em lutas cotidianas contra o racismo e a intolerância religiosa no Brasil sem citar as mulheres negras. Desde sua chegada ao país essas mulheres sofrem todos os tipos de preconceitos e lutam desde sempre para manter sua dignidade, sua fé e suas tradições. Seja nos dias de ontem ou nos de hoje, a realidade das mulheres negras está marcada pela luta e pela resistência. Já que vivemos numa sociedade etnocentrada, racista e sexista. Busquei mostrar um pouco dessas lutas partindo de reflexões pessoais, acontecimentos históricos, citando mulheres quilombolas, religiosas e as ativistas atuais.

Palavras-chaves: Trabalho; Violência; Organizações de Mulheres Negras; Fé.

BLACK WOMEN ALWAYS WARRIORS

Abstract: One cannot speak of daily struggles against racism and religious intolerance in Brazil without mentioning black women. Since her arrival in the country, these women have suffered all sorts of prejudices and have been fighting for ever to maintain their dignity, faith and traditions. Whether in the days of yesterday or today, the reality of black women is marked by struggle and resistance. since we live in an ethnocentrically, racist and sexist society. I tried to show a little of these struggles starting from personal reflections, historical events, quoting women quilombolas, nuns and the current activists.

Keywords: Work; Violence; Black Women's Organizations; Faith.

LES FEMMES NOIRES TOUJOURS GUERRIERS

Abstract: On ne peut pas parler de luttes quotidiennes contre le racisme et l'intolérance religieuse au Brésil sans mentionner les femmes noires. Depuis son arrivée dans le pays, ces femmes souffrent toutes sortes de préjugés et luttent depuis toujours pour maintenir leur dignité, leur foi et leurs traditions. Que ce soit dans le jour d'hier ou d'aujourd'hui, la réalité des femmes noires est marquée par la lutte et la résistance. puisque nous vivons dans une société ethnocentrique, raciste et sexiste. J'ai essayé de montrer un peu de ces luttes à partir de réflexions personnelles, d'événements historiques, citant des femmes quilombolas, des religieuses et les militantes actuelles.

Key-words: travail; violence; organisations de femmes noires.

MUJERES NEGRAS SIEMPRE GUERRERAS

Abstract: No se puede hablar en luchas cotidianas contra el racismo y la intolerancia religiosa en Brasil sin citar a las mujeres negras. Desde su llegada al país, esas mujeres sufren todo tipo de prejuicios y luchan desde siempre para mantener su dignidad, su fe y sus tradiciones. En los días de ayer o de hoy, la realidad de las mujeres negras sigue marcada por la lucha y la resistencia. ya que vivimos en una sociedad etnocéntrica, racista y sexista. Busqué mostrar un poco de esas luchas partiendo de reflexiones personales, acontecimientos históricos, citando a mujeres quilombolas, religiosas y activistas actuales.

¹ Conselheira do FUNDO ELAS. Atualmente faz Pós-doutorado no IFCS/UFRJ /PPGHC (Programa de Pós-Graduação em História Comparada).

INTRODUÇÃO

Para falar de mulheres negras na realidade brasileira, reflito sobre minhas experiências, saindo do silêncio em que, tenho certeza, estão a quase totalidade das mulheres brasileiras, que convivem numa sociedade etnocêntrica, racista e sexista, que usa e abusa de uma linguagem que veio de longe, que exprime ideias e conceitos alheios à realidade global do país, além de projetar sobre os demais segmentos populacionais uma série de rótulos e categorizações.

A história do negro no Brasil pode ser revisitada por muitos ângulos, sendo um deles o da mulher negra. Dentro desta história muitas histórias, como a Teresa de Benguela, responsável pelo Quilombo do Quariterê, uma das muitas mulheres com fé em si mesma e no futuro, que especializou o quilombo em tecidos e rendas, reinando durante duas décadas, trazendo prosperidade para seu grupo, sobrevivendo até 1770. O dia 25 de julho foi a ela consagrado pela Lei 12.987/2014 como Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra.

Como afirmou o amigo Cuti (Luiz Silva), poeta dos Cadernos Negros, existe sempre uma trajetória que precisa ser analisada, como traduziu em poema, apresentado em plenário após palestra que fiz sobre *Memória e Ancestralidade; Mulheres Negras*, no *Encontro Internacional Palmares 300 anos*, realizado em novembro de 1994, no Centro Cultural da Secretaria Municipal de São Paulo, promovido pela SECNEB e Fundação Cultural Palmares:

A TRAJEHISTORIA
Para Helena Theodoro

A Princípio a dor eu imaginava
ficção
o passado
corpos apodrecidos
que eu deveria enterrar
junto às mágoas e rancores
gotejando dos poros

Com o tempo vi
nem a própria ficção
era ficção
nem eu que era muitos
e havia me separado da minha sombra



Então, dirigi meu verbo indignado
aos palacetes
onde anos a fio
passei a desfiar meu rosário de denúncias
com a fé inabalável
de que as flores brotariam em maio
e os frutos em novembro

Distintas senhoras e senhores
conversavam na varanda
ouviam meus discursos
aplaudiam
e quando minhas palavras secavam
ordenavam que me servisse, bebidas finas
E diziam - Estamos estudando... Estamos estudando...

E diziam: - Estamos estudando... Estamos
estudando... Estamos estudando. Estamos
estudando... ex-tundando... ex-tundando...
ex-tundando...
as suas reivindicações...

Um belo dia
a noite que em mim dormia
despertou
em meio à sessão solene
em que eu recebia o título de cidadão
de terceira categoria
das mãos
do ministro da justiça

A noite entrou toda nua
e decidida com seus ventos insânicos

O vinho tinto das estranhas
em minha taça
não era vinho
era sangue e
derramou
manchando com seu grito
a minha roupa de gala
e vinha
direto das veias de minha sombra
que sempre me servira
e há séculos eu não via
a quem resolvi
dirigir
o meu próximo discurso

Pela ousadia fui preso
torturado
serviram-me chacinas paulistanas e
cariocas
e fiquei num cativo de grades



brancas
e doces
longe do que eu fora
na rebelião com novo

Por isso eu fugi
e criei este quilombo
no lado esquerdo do peito
onde flores e alimento
nascem de janeiro a janeiro
e outros fugitivos
aqui são recebidos com um canto
guerreiro
e podem adormecer
com uma cantiga de ninar.
(25/11/94)

A MULHER NEGRA DE ONTEM

A partir do poema de Cuti chego ao que a mulher negra representou na escravidão e nos primeiros tempos de “*liberdade*” – a viga mestra da família e da comunidade negra. Neste período inicial de liberdade, as mulheres foram forçadas a arcar com o sustento moral e com a subsistência dos demais. Sem condições de conseguir trabalho conforme as condições acenadas durante a campanha abolicionista, o homem negro ficou sem meios de prover o seu sustento ou o da família. Neste momento, a mulher negra foi a grande batalhadora. Trocou a senzala pelos cortiços das cidades e assumiu, praticamente, as obrigações que possuía na fazenda, dividindo-se entre o quarto que compartilhava em promiscuidade com os seus e as cozinhas das famílias abastadas.

Duplicou, centuplicou seu trabalho físico e teve de encontrar energias, consciente ou inconscientemente, para enfrentar todo um complexo de situações novas. Passou a servir à patroa ao invés do senhor. Contribuiu, com a humildade de seus serviços, para a emancipação das mulheres brancas, já que a grande indústria e a organização de classes fizeram desaparecer o modelo tradicional da mulher caseira e dedicada integralmente à família.

A participação das mulheres negras nas famílias brasileiras, como amas de leite, merece um destaque, já que ocorreu em condições muito específicas. Segundo a literatura existente no Século XIX, até a Abolição em 1888, o escravo doméstico e a ama de leite são vistos como elementos corruptores da família branca. Tal

posicionamento é decorrente da influência da ama nas relações entre casa grande e senzala, devido à forma de transmissão para as crianças de cantigas em língua africana, bem como de histórias e crenças.

Para Giacomini (1988) a existência das amas de leite revela mais uma expropriação da senzala pela casa grande, já que para amamentar o filho da senhora a escrava era impedida de alimentar seu filho negro, segundo orientação dos médicos da época, que indicavam a sistemática separação entre escrava-ama de leite e seu filho, levando assim as mulheres negras a negarem sua função básica de maternidade, papel máximo de sua condição de mulher, gerando a proliferação de abandono e morte de crianças negras.

A utilização da mulher negra como objeto sexual também não pode ser entendida como resultado da condição da escravidão, já que tal fato implicaria também no uso do escravo como alvo das investidas sexuais dos senhores. Tal fato irá ocorrer com a escrava como decorrência da sociedade patriarcal que legitima a dominação do homem sobre a mulher, sendo que a sexualidade da escrava vai ser vista pelo senhor como fora do círculo familiar, sem limites, normas morais ou religiosas, já que a mulher negra é tratada como COISA, como OBJETO SEXUAL. Para justificar tais atos criam o culto à sensualidade da mulata, tirando a responsabilidade da sociedade patriarcal pelo abuso sexual da escrava, colocando tal fato em atributos físicos que tornam incontrollável o desejo do senhor branco, gerando a proliferação de abandono e morte de crianças negras.

Cabe aqui lembrar das mulheres negras quitandeiras de Florianópolis e do Rio de Janeiro, que no século XIX criaram o comércio de rua, vendendo suas ervas e seus quitutes. O Rio de Janeiro foi dominado pelas chamadas negras minas quitandeiras, provenientes de Salvador, Bahia, escravas libertas, que conseguiram o respeito de africanos e crioulos escravos e libertos, além da proteção de políticos importantes no cenário nacional. Dominavam a arte do mercado, modificando a economia do Rio e de Florianópolis, tornando-se parte da paisagem carioca retratada pelos viajantes, além de lutarem contra o poder instituído, auxiliando cativos a fugir, criando redes de associações coletivas e irmandades, liderando movimentos de resistência, deixando seus nomes na história, como Tia Ciata, Tia Bibiana, Mãe Aninha e muitas outras. Criaram a dança do samba e formaram ranchos e blocos carnavalescos que se transformaram nas escolas de samba atuais.



A MULHER NEGRA DE HOJE

A evolução cultural brasileira e o empobrecimento gradativo das antigas famílias tradicionais levaram a mulher de classe média aos bancos escolares, às universidades, bem como às repartições públicas e cargos políticos. A mulher negra – empregada doméstica ou babá – possibilitou e possibilita hoje ainda a emancipação econômica e cultural da patroa, em cidades como as nossas, onde a organização dos serviços coletivos de creches é deficiente. E até mesmo nas famílias que mantiveram a divisão de serviços entre marido e mulher, quem em geral executa as tarefas que caberiam à dona de casa é a mulher negra.

No entanto, a mulher negra e a mulata – agora rotulada como “*mulata profissional*”, continuam a enfrentar as barreiras criadas pelo preconceito racial. Na competição pelo trabalho de cada dia, a mulher negra tem menores possibilidades, até mesmo para empregos como o de doméstica em casa de famílias tradicionais.

Quando a mulher negra consegue uma escolaridade maior ou um treinamento efetivo de suas capacidades e tenta uma colocação como comerciária ou industriária, esbarra com o problema do preconceito. Todos os anúncios fazem referência sempre a jovens de boa aparência ou pedem retrato pelo reembolso postal, fazendo assim uma filtragem nas atividades mais categorizadas. A ascensão social e econômica da mulher negra se processa em ritmo muito mais lento do que a dos homens negros e da mulher branca, segundo indicações de Oliveira, Costa e Porcaro, no livro *O lugar do negro na força de trabalho*.

Refletindo sobre essa realidade, analisemos o lugar da mulher negra nos movimentos sociais:

O movimento feminista recrudesciu a partir de 1963, sob a liderança da psicóloga Betty Friedan que, em sua publicação *La Femme Mystifiée* (Gonthier, Paris, 1964), esboça as causas da angústia das mulheres americanas oriunda da insatisfação pelo desempenho a elas destinado pela mística feminina, que coloca como “*mito de mulher ideal*”, nos Estados Unidos, na década de 1960, aquela ao mesmo tempo perfeita na execução dos trabalhos domésticos e extremamente refinada, segundo os padrões de beleza vigentes: *bonita, jovem, frívola, passiva e satisfeita com seu trabalho doméstico, sempre preocupada em agradar a seu homem*.



Os mais diversos setores do conhecimento justificaram esta dominação social “*patriarcalista*”, sendo sua veiculação e internalização se dado pelas artes e pela literatura. O cinema, o teatro, as novelas televisivas ilustraram magnificamente as características “*ideais*” de personalidade proposta pela ideologia do capitalismo. Dentro deste contexto a mulher negra aparece sempre como coadjuvante, sem que seu papel mulher na sociedade seja visto. É simplesmente coisa, coisamente.

A luta pela mudança da situação ocupacional da mulher gerou o Movimento de Libertação Feminina, dentro da uma sociedade de classes e da exploração e dominação de uma classe pela outra. Desta forma, constatamos que o feminismo pode ser situado como componente das representações dominantes, já que apesar de criticar a representação do “*mito da mulher ideal*” – a familiar – defende a expansão social entendida como outra variante esta mesma ideologia dominante: a ideologia do trabalho burguês, como *liberadora e humanizadora da mulher*.

Em nossa realidade a mulher negra vive em condições de extrema penúria, não fazendo parte deste segmento burguês de que trata o movimento feminista mundial. No entanto, os efeitos sociais da “*mística feminina*” são muito extensos e profundos, já que o processo de internalização desta mística do masculino e feminino cria uma polarização que mutila. A “*mística*” manifesta-se como repressão da INTEGRALIDADE DO SER e esta seria a sua função social, o seu serviço à ideologia dominante. Desta maneira, a ocupação dona-de-casa assume um significado ou conteúdo diferente para a mulher branca e para a mulher negra.

MULHER NEGRA E VIOLÊNCIA

Vamos tratar aqui da violência contra a mulher em todas as suas formas: simbólica, psicológica, física e sexual, sem pretender aprofundar o tema. Segundo Maria Amélia Azevedo (1985), em seu livro *Mulheres Espancadas*, a Inglaterra e os Estados Unidos apresentam um papel pioneiro no estudo do espancamento de mulheres. Nele encontramos o registro de um episódio da Inglaterra medieval que considerava NORMAL o espancamento da mulher pelo marido, fato sancionado e reconhecido por lei. No século XVIII aceitava-se “*como legal que os homens batessem nas esposas, porém, violências graves e extrema brutalidade começaram a ser mal vistas*”, sendo que os tribunais passaram a aplicar sanções aos homens que se excediam nos maus-

tratos. Porém, só a partir do século XIX é que as leis e os tribunais passaram a reconhecer o *direito de castigar o marido espancador de mulher*, considerando este comportamento criminoso.

Por fim, na segunda metade do século XX, mais precisamente nos anos 60, com o movimento feminista, o espancamento de mulheres passa a ser um problema social.

Nos Estados Unidos o ano de 1974 é um marco importante para o tema *violência em família* pela divulgação da pesquisa de Steinmetz e Straus que revelou a presença do espancamento de esposas em todos os aspectos da vida norte-americana, mostrando que 60% das famílias pesquisadas estavam envolvidas em alguma forma de violência física, além de 16% dos universitários pesquisados haverem presenciado algum tipo de violência física entre seus pais.

A luta da mulher negra, no entanto, não se prende unicamente ao movimento feminista do século XX. Em 12 de outubro de 1657, segundo Marco Aurélio Luz (1993), a Rainha Nzinga do Ndongo (Angola), firmou os termos do tratado de paz com os portugueses, pondo fim a um período de lutas militares que começaram por volta de 1575, quando o aventureiro Paulo Dias desembarcou em Luanda com o propósito de fundar um império cristão na África. O tratado de paz foi a forma encontrada pela Rainha Nzinga para, através de uma aliança com o rei do Congo e com os holandeses, evitar a destruição do Ndongo cuidando de sua reconstrução e de seu repovoamento.

Nzinga lutou de variadas formas contra um inimigo cruel e sanguinário, que atacava pequenas populações indefesas de surpresa, queimando casas, decepando cabeças, narizes, orelhas, além de sequestrar prisioneiros para embarcá-los como escravos para o Brasil. Enfrentando a ferocidade dos portugueses a Rainha Nzinga afirmou-se na tradição mbundo-jaga. Considerada verdadeira rainha africana, capaz de controlar a chuva que traz fertilidade, tinha fé em Nzambi Mpungo, entidade suprema das forças cósmicas que regulam o universo e os ancestrais, e deu continuidade à guerra de resistência iniciada por seu pai e seu irmão.

Destacando-se no plano militar por sua invisibilidade, a Rainha Nzinga criou uma tática guerrilheira de múltiplos deslocamentos, que atordoavam os soldados inimigos, aparecendo quando o momento lhe era favorável e desaparecendo com grande rapidez, além de criar os acampamentos na floresta, os conhecidos quilombos.



O tratado feito com a Igreja, que abriu o Ndongo aos missionários, iniciou uma outra forma de luta, baseada no controle feito por manobras políticas, já que seria impossível vencer usando a força.

A estratégia da Rainha Nzinga se desdobrou nas Américas, seja nos quilombos, principalmente no dos Palmares, como nas irmandades católicas de negros, que proporcionaram espaços sociais necessários à coesão e identidade do grupo. Ao associar as Congadas, Moçambiques, Ticumbis, Maracatus etc. às igrejas, o negro mantém os valores de ancestralidade e realeza africana. Nas congadas encontramos a dramatização da dinâmica das embaixadas entre a Rainha Nzinga (Ginga no Brasil) e o Rei do Congo (Mani-Congo).

Em todas essas manifestações a presença marcante é a da mulher negra, que luta por sua liberdade e pela da comunidade desde o Século XVI.

TRAJETÓRIA DAS MULHERES NEGRAS

Após a Abolição da Escravatura, com o alijamento da comunidade afro-brasileira das posições de poder no país, os negros e mestiços continuaram a sofrer todo o tipo de violência, sendo que a mulher negra sofre tripla discriminação: por ser mulher, por ser pobre e por ser negra.

Na sociedade brasileira a violência física familiar seguiu, de maneira geral, as fases identificadas a nível internacional. Assim, encontramos:

1º - Ordenações do Reino no Brasil-Colônia

“É permitido ao marido emendar a mulher das más manhas pelo uso da chibata.”

2º - Código Penal de 1940

Permite criminalizar as violências físicas, físicas contra a mulher, consideradas lesões corporais (art. 129), homicídio (art. 121) ou instigação ao suicídio (art. 122).

Na prática as penas ou são pequenas ou aplicadas muitas atenuantes.

3º - Década de 80

Conscientização de que a violência contra a mulher é antinatural, numa luta contra a impunidade dos chamados *crimes de paixão*.

4º - Lei 11.340/2006

Lei Maria da Penha

No Brasil do Século XIX, logo após a Abolição, todo um dispositivo de atribuições de qualidade negativas atribuídas aos negros é criado, com o objetivo de manter o espaço da participação social no país restrito aos estreitos limites da antiga ordem escravagista.

A história da ascensão social do negro brasileiro pode ser vista como a da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. E, desta forma, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais.

As ideias feministas no Brasil foram muito influenciadas pelos acontecimentos europeus. No entanto, a grande questão na Europa era a questão do estupro. Aqui, no entanto, foi a questão do assassinato de mulheres, concentrando-se as respostas feministas no eixo Minas-Rio-São Paulo, sendo que o Centro de Defesa da Mulher em Minas Gerais, criado em agosto de 1980, surgiu em repúdio ao assassinato de duas mineiras por seus maridos. O clima de indignação foi criado com o primeiro julgamento de Doca Street, que culminou com a impunidade do assassino e sua transformação em herói.

Em 1981 surgiu o SOS Mulher de São Paulo, seguido pelo do Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

Aos poucos o movimento feminista no Brasil foi alargando seus horizontes, passando a situar como alvos de sua luta não apenas os assassinatos ou crimes de sangue, mas também os pequenos “*assassinatos do dia-a-dia*”.

Proliferam, assim, os movimentos específicos de grupos de mulheres, sendo que as primeiras organizações de mulheres negras, segundo Lélia Gonzalez (1985), surgem dentro do Movimento Negro, destacando-se a contribuição de Maria Beatriz Nascimento que organizou em 1972, na Universidade Federal Fluminense, a Semana de Cultura Negra, seguida dos históricos encontros nas Faculdades Candido Mendes, que passou a reunir toda uma nova geração negra para discutir o racismo e suas práticas, enquanto forma de exclusão da comunidade afro-brasileira. As mulheres negras se destacaram por discutirem o seu dia-a-dia caracterizado pela discriminação racial e pelo machismo, não só de homens brancos, mas também de negros. Por outro lado, não deixaram de reconhecer a peculiaridade do machismo negro, por suas articulações com

os mecanismos compensatórios produzidos como efeitos diretos da opressão racial, já que nenhuma mulher negra deixou de viver a experiência de ver o filho, irmão, companheiro ou namorado passarem pela humilhação da suspeição policial, por exemplo.

Quando, em 1975, as feministas comemoravam na Associação Brasileira de Imprensa o Ano Internacional da Mulher, as mulheres negras apresentaram um documento que caracterizava sua situação de opressão e exploração. Os anos seguintes testemunharam a criação de diferentes grupos:

- 1979 – Aqualtune
- 1980 - Luiza Mahin
- 1982 - Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro
- 1983 - Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo
- 1986 - Coletivo de Mulheres Negras da Baixada
- 1988- Geledes – Instituto da Mulher Negra (SP)
- 1992 – Mulheres Negras do PDT(RJ)
- 1992 – Ong Criola (RJ)
- 1994 – Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM)

O Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo (1983), criado por Teresa Santos, enfocou a tripla discriminação existente: como mulheres, trabalhadoras e negras, buscando trazer novas formas de se perceber a mulher segundo as tradições afro-brasileiras.

O Coletivo de Mulheres GÉLÈDES também em Sampa, criado por Aparecida Sueli Carneiro em 1988, buscou reeditar as sociedades secretas femininas africanas, que colocam as mulheres com poderes equivalentes aos dos homens e vistas por eles como iguais.

GELEDES E SUA TRADIÇÃO

Gèlède é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade.

Gèlède é um festival anual homenageando “*nossas mães*” (*awon iya wa*), não tanto pela sua maternidade, mas como ancião feminino. Ela ocorre durante a época seca (março-maio) entre os Yorubas do sudoeste da Nigéria e o vizinho Benin.



A máscara (ou adorno de cabeça, uma vez que não cobrem o rosto) é um par de um conjunto usado pelos homens vestidos como mulheres mascaradas para divertir, e aplacar as mães que são consideradas muito poderosas, e podem usar os seus poderes para o bem ou como feitiçaria de efeitos destrutivos.

Figura 1. Máscara Gèlède



Fonte: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-gelede/>

No Rio de Janeiro Alzira Rufino cria também um Coletivo, na Baixada Fluminense, denunciando a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas.

Líderes do Movimento de Favelas , como Benedita da Silva e Jurema Batista participaram do Encontro de Mulheres, promovido pelo Grupo de Mulheres do Rio de Janeiro, em março de 1983, sendo que a 16 de junho criam o Nzinga/Coletivo de Mulheres Negras, reunindo mulheres do movimento negro, do movimento da associação de moradores de bairros e do movimento de favelas, tendo como fundadoras Lélia Gonzalez, Jurema Batista, Geralda Alcântara, Miramar da Costa Correia, Sonia C. da Silva, Sandra Helena, Bernadete Veiga de Souza e Victoria Mary dos Santos. Ainda no Rio de Janeiro, Alzira Rufino organiza um Coletivo na Baixada Fluminense.

Todos os grupos formados objetivaram atuar contra todas as formas de violência: o sexismo, a discriminação sexual, o racismo e a discriminação racial, que tornam as mulheres negras o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira. Mais de 80% das trabalhadoras negras são de baixa renda, vivendo principalmente em favelas e bairros de periferia, sendo constantemente discriminadas por serem mulheres, negras e pobres.

Surgem também os movimentos de mulheres dos diferentes partidos políticos , como o Movimento de Mulheres do PDT/RJ (1992), buscando formar biblioteca especializada na questão da mulher e organizar um arquivo com a memória do movimento, além de reforçar a luta pelos Direitos Humanos contra a violência, tortura, coerção, abuso sexual, fome e privações econômicas de mulheres, convocando a todas para a Conferência Internacional sobre Direitos Humanos realizada em Viena (junho de 1993), além de chamar a atenção para o brutal assassinato da atriz Daniella Perez e dos ataques feitos à sua imagem.

É criada ainda em 1992, com Jurema Werneck e Lúcia Xavier a Ong Criola. É uma organização conduzida por mulheres negras que atuam na defesa e promoção de direitos das mulheres negras com uma perspectiva integrada e transversal.

Figura 3. Logomarca Criola



Missão: Instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia (discriminação contra lésbicas) e transfobia (fobia contra transexuais e travestis). E para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria das condições de vida da população negra e das mulheres negras em especial.

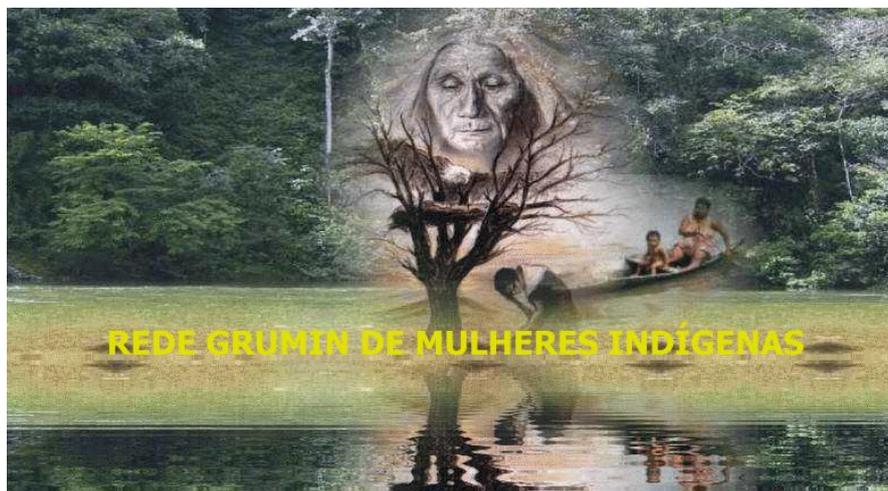
Visão: Buscar a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, em que a presença e contribuição da mulher negra sejam acolhidas como um bem da humanidade.

Objetivos: Criar e aplicar novas tecnologias para a luta política de grupos de mulheres negras; Produzir conhecimento qualificado por dados específicos sobre o contexto atual das questões de direitos; Formar lideranças negras aptas a elaborar suas

agendas de demanda por políticas públicas e a conduzir processos de interlocução com gestores públicos; Incrementar a pressão política sobre governos e demais instâncias públicas pela efetivação de direitos, particularmente o direito à saúde, o acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual.

Em 1994 Neusa das Dores Pereira e as companheiras Maria Lucia de Carvalho e Sandra Helena Bello organizam o Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher, buscando promover os direitos humanos e a plena cidadania através do empoderamento político, econômico e social de mulheres negras pobres, lésbicas negras e as mulheres que vivem em privação de liberdade.

Figura 3. Rede Grumin De Mulheres Indígenas



Ainda no Rio de Janeiro, formaliza-se em 1987, com a liderança de Eliane Potiguara o Grupo Mulher-Educação Indígena - GRUMIN, afirmando que 500 anos de História não calam a voz do povo indígena.

Não podemos aqui deixar de nos referir ao crescimento enorme do movimento de mulheres negras, que hoje fazem a diferença nos movimentos sociais. Foi criada a Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) que é uma rede de organizações de mulheres negras, constituída atualmente por cerca de 27 organizações distribuídas por todas as Regiões do país. A AMNB tem como missão institucional promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à



opressão de classe, à lesbofobia e à todas as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil.

MULHERES NEGRAS RELIGIOSAS

Do mesmo modo que na África Ocidental, a religião impregnou e marcou todas as atividades da comunidade negra, estendendo-se, regulando e influenciando a todos os grupos culturais. Essa religião se apoia numa força suprema, geradora de todas as coisas, mas, abaixo dela, existem e são cultuadas forças da natureza e espíritos dos antepassados e se efetiva em comunidades-terreiros.

As comunidades-terreiros (egbé) surgiram de confrarias religiosas baianas, especificamente da Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo, fundada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho (negros de Angola) e da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte da Igreja da Barroquinha (mulheres nagôs, provenientes da Nigéria, como Iyá Nassô).

As mulheres tiveram um papel fundamental na organização das comunidades-terreiros, tornando-as espaços estruturadores de identidade e de formas de comportamento social e individual.

Por sua importância para a preservação da identidade do segmento negro da população brasileira, as comunidades-terreiros, principalmente as nagôs, se reformularam e disseminaram pelo país, tomando feição regional segundo a influência do grupo africano. Daí a diversidade de nomes com que são conhecidas: candomblé, na Bahia; xangô em Pernambuco, Alagoas, Paraíba; tambor no Maranhão; batuque no Rio Grande do Sul; macumba em São Paulo; macumba, quimbanda e umbanda no Rio de Janeiro.

A perseguição impiedosa feita aos quilombos no Brasil devida à íntima relação entre as insurgências negras e as comunidades religiosas de base africana, além da ameaça representada pelo Quilombo dos Palmares, onde Zumbi provou a possibilidade de sucesso econômico, político e social da convivência democrática entre negros, brancos e índios, conjugada com a socialização da terra, oportunizou a liderança religiosa das mulheres, já que o governo promoveu um extermínio brutal dos líderes religiosos. O culto aos orixás, que pode ser liderado por homens e mulheres, encontrou na mulher negra o principal esteio para a manutenção das tradições religiosas e culturais da comunidade.



A religião como forma de coesão possibilitou a formação de grupos e associações cujo sistema de crenças veiculou maneiras particulares de inter-relacionamentos, normas, ações e valores que deram a essas comunidades características próprias. Analisando tais conteúdos, encontra-se não apenas aspectos da religião, mas também a continuidade e reelaboração de um complexo cultural básico que insiste feroz e dinamicamente em existir, com valores singulares e diversificadas formas.

Para uma comunidade nagô, as relações das pessoas com os orixás, entre si, com os animais, com o princípio feminino ou masculino, é sempre na dimensão de luta (IJÁ), como afirma Muniz Sodré (1983), já que as coisas só existem pelo poder que possuímos de lutar com elas e pelo mistério (AWÔ). Tal relação é simbolizada por EXU, orixá responsável pela dinâmica de todas as coisas, sendo conhecido como PAI DA LUTA. O que entra em jogo não é a violência ou a força das armas usadas, mas sim as artimanhas, a astúcia, a coragem, enfim, o poder de realização ou AXÉ envolvidos.

As mulheres são portadoras de muito AXÉ e viabilizam sua expansão e preservação através dos rituais. O ritual é simbólico e faz de cada sujeito parte de um espaço que abriga a todos. Por meio de palavras, gestos, sons, objetos, cânticos e movimentos, reconstroem a vida, recriam a mundo, libertam o ser humano, integrando-o a seu grupo. O ritual é fundamental para a luta, tornando cada membro do grupo parceiro, elemento sem o qual nada acontece. Nas relações entre os membros da comunidade não existem ideias como PECADO ou SALVAÇÃO, que se apoiam numa VERDADE única.

Através das danças rituais as mulheres incorporam a *força cósmica*, criando possibilidades de realização e mudança, fazendo de seu corpo um *território livre*, próprio do ritmo, *liberto de correntes*.

Os rituais vão fazer o uso do corpo, seja na dança, no toque dos atabaques, nas reverências ou na postura dos membros do egbé em diferentes situações. Elementos simbólicos significativos e fundamentais permitem aos movimentos corporais a exteriorização de um sentimento ancestral ou de uma determinada força cósmica, que, através do corpo das mulheres, transmutado em altar vivo, propicia a criação de um tempo mítico, numa reunião de pessoas, natureza, orixás e ancestrais que a todos fortalece e impulsiona pelas trocas de AXÉ.



Sob o ângulo das classes sociais antagônicas milhões e milhões de brasileiros são vistos como CORPO-MARGINAL, pois pertencem aos excluídos ou afastados dos bens e benefícios materiais e culturais do mundo capitalista.

A ideia de corpo diante das condições concretas existentes no país é fragmentada como a sociedade, podendo-se falar em corpo-biológico, corpo-objeto, corpo-monumental, corpo-acrobático, corpo-libidinal, corpo-produtivo, corpo-estético, etc. O negro não se enquadra no corpo-estético, nem no corpo-libidinal de nossa sociedade, já que o corpo vendido pela mídia poderia se enquadrar na Dinamarca ou Suíça, mas não em nossa realidade.

Se a palavra modifica o corpo, o corpo também modifica a palavra, já que o ser humano transcende a realidade objetiva e busca energias cósmicas que lhe permitem modificar a realidade, transformar, transmutar.

Apesar do corpo do trabalhador ser maltratado por inúmeras horas fora de casa, por trabalho pesado, por alimentação inadequada e pouco descanso, a cultura negra utiliza esse corpo como meio de contato com a transcendência, com os ancestrais e orixás: o negro reza dançando.

Para Muniz Sodré (1983) o negro desde o século dezesseis, através das estratégias da Rainha Nzinga, que gerou a palavra ginga, balanço incessante e maneiroso do corpo, que faz com que o corpo se esquive e dance ao mesmo tempo, busca seduzir o outro, envolvê-lo, enlaçá-lo, vencendo pela astúcia e malícia a força bruta.

Segundo Sodré, o corpo negro vai ter com a dança um envolvimento emocional, um sentimento de raiz e tradição, inexistente no esporte puro e simples, sendo autopreservação e continuidade cultural.

O corpo negro “abriga” o orixá, estabelece comunicação direta entre o sagrado e o profano, sendo entendido como uma estrutura em aberto que incorpora elementos de alegria (axé) e de ritmo. O que este corpo aberto/fechado, estável/instável, firme/escorregadio, cria de júbilo, de energia, estabelece uma profunda diferença cultural. O corpo culturalmente negro vive a plenitude do existir, no rito, num aqui e agora, que possibilita integração de corpo e alma.

O ritual da dança da ala das baianas, que representam as cabeças coroadas pelos cabelos brancos, simboliza a sabedoria africana das tias baianas da antiga Praça Onze, berço do samba, onde Tia Ciata, Tia Bibiana e muitas outras dançavam o samba de roda

da Bahia e louvavam os orixás. Sambando e rodando entram em contato com o universo com seus turbantes, ojás, panos da costa, saias rodadas e tabuleiros.

Através de sua fé, de seu Axé, as mulheres negras de diferentes comunidades religiosas conseguiram trazer até nossos dias imagens sacralizadas de seu passado, que se volta para a mitologia africana, apontando insistentemente, por meio da tradição oral, para as estratégias mais diversas de insubordinação simbólica, que lhes possibilita criar mecanismos de defesa para a sobrevivência e a manutenção de seus traços culturais de origem.

As mulheres negras são, EXISTEM, sem pedir licença, tendo plena consciência de tal fato, vivendo em condições de extrema penúria, mas mantendo uma feição própria, se estruturando como PESSOA que toma para si a responsabilidade de manter a unidade familiar, a coesão grupal e a preservação das tradições culturais e religiosas de seu grupo, em função de sua paixão pela vida, de sua capacidade de se indignar diante das injustiças e de seu sonho de mudar a realidade para um mundo pleno de luz, música, risos, felicidade... pleno de AXÉ!

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava*. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GONZALEZ, Lélia. *Sankofa - resgate da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: SEAFRO, 1994.

GOUVEIA, Maurílio de. *História da escravidão*. Rio de Janeiro: Tupy, 1955.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JAMES, George G. M. *Stolen Legacy*. New York: Philosophical Library, 1985.

LOPES, Helena Theodoro. *Implicações para a moral social brasileira do Ideal de Pessoa Humana na Cultura Negra*. Rio de Janeiro: Univ. Gama Filho, tese de Doutorado em Filosofia. Mimeografado, 1985.

_____. *Negro e cultura no Brasil*. Org. Rio de Janeiro: Revan/Unesco, 1987.

LUZ, Marco Aurélio. *Do Tronco ao Opa Exin*. Memória e dinâmica da tradição africana-brasileira. Salvador: SECNEB, 1993.



_____. *Cultura negra e ideologia do recalque*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1983.

_____. *Cultura negra em tempos pós-modernos*. Salvador: Edições SECNEB, 1992.

SANTOS, Juana Elbein. *Os nagô e a morte*. Petrópolis: Vozes, 1977.

Pierre Verger e os resíduos coloniais: o outro fragmentado. In *Religião e Sociedade*, nº 8. Rio de Janeiro: Cortez Editora e Tempo e Presença, 1983, p.13.

_____. *A Religião nagô: geradora e reserva de valores culturais no Brasil*. in *Revista Análise & Dados*. Salvador: Centro de Estatística e Informações, V. 3, Nº 4, março 1994, p.47.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Codreci, 1983.

_____. *Pensar nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.

Recebido em janeiro de 2019
Aprovado em março de 2019